ISSN: 2358-8829

ENTRE TEORIA E PRÁTICA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Valdete Leal de Oliveira [1]
Idalina Rodrigues Saldanha [2]
Carlos Daniel Rodrigues de Assumpção [3]
Ana Paula Negrão dos Santos [4]
Nicole de Sousa de Oliveira [5]

INTRODUÇÃO

A necessidade de uma formação educacional que compreenda a complexidade das relações sociais e assegure o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes motivou a realização do presente estudo. A pesquisa aborda a efetivação de uma intervenção pedagógica que utilizou a trajetória de Malala Yousafzai como elemento mediador central para a problematização do direito à educação e da equidade de gênero. Este trabalho foi desenvolvido junto a crianças e adolescentes vinculados ao Movimento República de Emaús, articulando princípios normativos de proteção social e garantias de direitos fundamentais.

A realização desta investigação baseia-se na urgência de superar a concepção meramente transmissiva de ensino, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a reflexão crítica e a emancipação social. Diante de cenários marcados por desigualdades e violações de direitos, torna-se imprescindível aproximar as diretrizes curriculares nacionais da realidade vivida pelos sujeitos. Nesse contexto, a trajetória de Malala Yousafzai atua como uma referência concreta para discutir temas como a liberdade de acesso à escola, o respeito à diversidade e a superação de barreiras socioculturais impostas pelo gênero.

[1] Doutora em Educação em Ciências e Matemáticas pelo Programa de Pós-Graduação Em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM-2021), do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI) da Universidade Federal do Pará (UFPA) valdetelealdeoliveira@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências,Matemática e Linguagens da Universidade Federal do Pará - UFPA, Idalina199218@gmail.com;
[3] Graduando de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemáticas e Linguagens da Universidade Federal do Pará (UFPA), carlos.assumpcao@iemci.ufpa.br;
[4] Graduanda do Curso de psicologia da Universidade Federal do Pará - UFPA, anapaulanegraodossantos@gmail.com;
[5] Graduanda do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemáticas e Linguagens da Universidade Federal do Pará - UFPA, nicolledeoliveira80@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

Este trabalho objetivou analisar as contribuições de uma intervenção pedagógica baseada na história de Malala Yousafzai para a promoção do direito à educação e da equidade de gênero entre crianças e adolescentes atendidos pelo Movimento República de Emaús. De maneira específica, buscou-se verificar como o uso de recursos lúdicos e multimodais estimula o engajamento dos participantes, examinar o papel da mediação pedagógica na articulação de conceitos teóricos com a realidade dos sujeitos e avaliar o impacto da ação no fortalecimento da consciência de direitos e do desenvolvimento biopsicossocial dos envolvidos.

Em síntese, a metodologia compreende uma abordagem qualitativa de caráter interventivo e descritivo. A ação foi dividida em etapas que englobaram encontros lúdicos e interativos, nos quais foram utilizados recursos como vídeos temáticos e materiais psicopedagógicos específicos para direcionar o diálogo e a reflexão crítica dos participantes. Os resultados obtidos demonstram que a articulação entre as diretrizes curriculares e as teorias de aprendizagem fortalece a construção de práticas docentes emancipatórias. A utilização de narrativas humanizadas e materiais multimodais potencializou o engajamento do público, favorecendo a apreensão dos conceitos, a formação de atitudes empáticas e a ampliação da percepção dos sujeitos sobre seu papel na sociedade e no exercício de sua cidadania.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo ancora-se teoricamente na profunda articulação entre as normativas educacionais vigentes, as garantias fundamentais de proteção aos direitos da infância e da juventude, e as principais teorias que explicam o desenvolvimento humano e a aprendizagem. Do ponto de vista estritamente normativo e curricular, o trabalho fundamenta-se nos preceitos estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujas competências gerais orientam explicitamente o exercício da empatia, do diálogo construtivo, da resolução pacífica de conflitos, do respeito intransigente à diversidade e da participação social responsável em contextos democráticos. Tais diretrizes curriculares oficiais demandam de forma urgente a superação de rotinas pedagógicas tradicionais e passivas, reforçando a necessidade impreterível de integrar a

ISSN: 2358-8829

dimensão socioemocional e a consciência ética ao eixo estruturante do processo formativo.

No campo específico da proteção e da garantia integral de direitos, o estudo encontra sustentação teórica e legal nos princípios fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA estabelece juridica e socialmente a criança e o adolescente na condição de sujeitos de direitos em pleno processo de desenvolvimento, exigindo que todas as ações socioeducativas e pedagógicas assegurem as condições materiais e imateriais necessárias para o seu pleno desenvolvimento biopsicossocial. Desse modo, a garantia efetiva do direito à educação, indissociavelmente associada ao combate sistemático a qualquer forma de preconceito e discriminação, constitui o pilar estrutural para que os sujeitos desenvolvam sua autonomia intelectual e sua capacidade crítica perante a sociedade.

Em termos de teorias da aprendizagem e dos processos de mediação pedagógica, a pesquisa respalda-se de maneira sólida nas contribuições clássicas de Lev Vygotsky e David Ausubel. A abordagem socioconstrutivista desenvolvida por Vygotsky evidencia a centralidade da mediação sociocultural e do uso intencional de instrumentos e signos no complexo processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Sob essa perspectiva teórica, a interação social qualificada e a mediação promovida ativamente pelo educador e pelos recursos didáticos operam como verdadeiras pontes cognitivas entre os conhecimentos prévios dos alunos e os novos saberes sistematizados.

Complementarmente, a Teoria da Aprendizagem Significativa formulated por David Ausubel sustenta que o aprendizado genuíno ocorre de forma muito mais profunda, relevante e duradoura quando os novos conhecimentos conseguem se ancorar de maneira lógica em conceitos subsunçores, relevantes e preexistentes na estrutura cognitiva dos estudantes. A articulação e integração coesa entre a mediação sociocultural vygotskyana e a ancoragem cognitiva ausubeliana fundamentam teoricamente a criação de percursos didáticos significativos, os quais se mostram profundamente alinhados às reais necessidades e à realidade concreta dos educandos atendidos no Movimento República de Emaús.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

Este trabalho caracterizou-se metodologicamente como uma pesquisa de campo de natureza interventiva e abordagem qualitativa, tendo sido desenvolvida diretamente junto a crianças e adolescentes atendidos pelo Movimento República de Emaús. A escolha deliberada e fundamentada por este espaço institucional pautou-se no reconhecimento do relevante papel histórico desempenhado pela organização no acolhimento, na proteção e na defesa intransigente dos direitos fundamentais de populações em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, o percurso metodológico desenhado foi rigorosamente estruturado de modo a assegurar, em todas as etapas, a participação ativa, horizontal e dialógica dos sujeitos, garantindo o respeito integral às singularidades, às expressões e aos saberes inerentes ao universo infantil e juvenil envolvido na ação.

Para o delineamento e o desenvolvimento prático da intervenção pedagógica, adotou-se a inspiradora trajetória da ativista Malala Yousafzai como o eixo estruturante central de todas as mediações pedagógicas realizadas. A proposta operativa foi organizada e executada em momentos sequenciais, progressivos e profundamente integrados. Inicialmente, realizaram-se dinâmicas lúdicas de acolhimento e sondagem diagnóstica com o intuito de mapear e identificar os conhecimentos prévios, as percepções e os repertórios iniciais dos participantes acerca de temáticas cruciais como o direito inalienável à educação e a equidade nas relações de gênero. Em um segundo momento, promoveu-se a exibição direcionada de vídeos temáticos e a apresentação interativa da biografia de Malala, mobilizando intencionalmente recursos multimodais para tornar a narrativa histórica mais acessível, sensível e envolvente para o público.

No que tange aos procedimentos de acompanhamento e à produção de dados, a investigação valeu-se da observação participante sistemática, devidamente registrada de forma detalhada em diário de campo, bem como do monitoramento atento das produções orais, expressivas e artísticas elaboradas pelas crianças e adolescentes ao longo do processo. Outrossim, as ricas verbalizações e trocas de experiências ocorridas durante as rodas de conversa constituíram fontes primordiais de análise. A utilização planejada de materiais psicopedagógicos diversificados e de atividades lúdicas permitiu

ISSN: 2358-8829

mensurar com maior precisão o grau de engajamento dos sujeitos, além de possibilitar a apreensão qualificada de suas interpretações críticas sobre a realidade social que os cerca. Por fim, destaca-se que todas as etapas operacionais da intervenção respeitaram rigorosamente o direito ao uso de imagem e atenderam plenamente aos preceitos éticos e legais normativos relativos a pesquisas e intervenções realizadas com crianças e adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção pedagógica revelou desdobramentos significativos, estruturando-se analiticamente em torno do engajamento ativo dos participantes, da eficácia da mediação lúdica e multimodal, e da consolidação progressiva da consciência crítica sobre o direito à educação e a equidade de gênero. A introdução da trajetória de Malala Yousafzai atuou como um potente elemento catalisador de interesse, o que viabilizou a transposição bem-sucedida de um cenário global de lutas e reivindicações por direitos para o cotidiano prático e o repertório de vivências concretas das crianças e adolescentes vinculados ao Movimento República de Emaús. Essa aproximação entre o contexto macro e a realidade micro dos sujeitos que integram a instituição demonstrou ser um facilitador primordial para a captação da atenção e para a legitimação das discussões propostas no percurso formativo.

No decorrer das atividades voltadas à reflexão crítica e à análise temática, evidenciou-se que a adoção sistemática de recursos lúdicos e de materiais psicopedagógicos multimodais, a exemplo de produções audiovisuais e suportes visuais interativos, exerceu um papel determinante na diminuição do distanciamento cognitivo entre os conteúdos curriculares abordados e a estrutura conceitual dos participantes. A mediação pedagógica intencional possibilitou que os estudantes identificassem e compreendessem de maneira clara as barreiras históricas, estruturais e culturais que limitam ou obstaculizam o acesso das meninas e das mulheres aos espaços de escolarização, além de debaterem criticamente as graves repercussões das assimetrias de gênero para a dinâmica da sociedade como um todo. As manifestações verbais, os diálogos e as produções do grupo evidenciaram que o processo de aquisição do

ISSN: 2358-8829

conhecimento operou por meio de ancoragens cognitivas consistentes, uma vez que os educandos estabeleceram nexos diretos entre as adversidades enfrentadas por Malala e as suas próprias experiências sociais, reconhecendo o acesso à instrução como um direito fundamental e inalienável.

Ademais, a articulação teórico-prática promovida entre os postulados da teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, os fundamentos da mediação sociocultural estabelecidos por Lev Vygotsky e as diretrizes normativas e competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) comprovou que a ação docente transcende amplamente a perspectiva tradicional e transmissiva de ensino quando se propõe a problematizar de forma direta a realidade concreta. O ambiente instaurado pautou-se pelo diálogo horizontal, o qual favoreceu a expressão genuína de sentimentos associados à empatia, à alteridade e à solidariedade entre os pares, impulsionando a percepção dos educandos como sujeitos históricos, agentes de transformação e plenos detentores de direitos. Constatou-se, desse modo, um avanço qualitativo notável no que tange ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, refletido na desconstrução ativa de estereótipos de gênero, na valorização ostensiva da convivência democrática, no respeito intransigente à pluralidade e à diversidade, e na defesa intransigente da escola pública como um espaço primordial de emancipação e de garantia assegurada de direitos para a totalidade dos cidadãos.

Por fim, a consolidação desses achados empíricos reafirma a relevância de se planejar e executar práticas pedagógicas que dialoguem diretamente com as demandas sociais contemporâneas e com os princípios fundamentais salvaguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A articulação coesa entre referenciais teóricos de vanguarda e metodologias ativas de ensino demonstrou ser um caminho profícuo para fomentar não apenas a apropriação conceitual, mas fundamentalmente a formação ética e política dos educandos atendidos no Movimento República de Emaús. Dessa forma, o estudo evidencia que a educação integral e emancipadora se concretiza no cotidiano escolar e social à medida que promove o protagonismo infantojuvenil, instrumentalizando crianças e adolescentes para a leitura crítica de seu tempo e para a intervenção consciente e transformadora em sua própria realidade social.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta intervenção pedagógica demonstrou, de maneira contundente, que a articulação intencional e harmoniosa entre uma fundamentação teórica sólida e a aplicação de metodologias participativas e ativas constitui um caminho altamente efetivo para a consolidação de uma educação genuinamente emancipadora. A mediação pedagógica estruturada a partir da inspiradora trajetória de vida de Malala Yousafzai comprovou na prática que temas de elevada complexidade, tais como a equidade de gênero, a justiça social e a garantia dos direitos humanos fundamentais, não apenas podem, mas devem ser profunda e criticamente problematizados no âmbito da educação integral de crianças e jovens. A rica experiência desenvolvida no espaço socioeducativo do Movimento República de Emaús evidenciou que a utilização intencional de recursos lúdicos e materiais multimodais atua como um elemento dinamizador das interações, potencializando de forma expressiva o engajamento, a curiosidade e o interesse dos educandos. Essa abordagem metodológica propiciou as condições pedagógicas ideais para a ocorrência da aprendizagem significativa, favorecendo o desenvolvimento biopsicossocial integral dos sujeitos a partir do fortalecimento de sua autoimagem, da expressão de suas subjetividades e da ampliação de sua percepção enquanto cidadãos ativos.

Nesse sentido, o presente estudo reforça e reitera a necessidade premente de construção de práticas docentes vivas e dinâmicas, capazes de incorporar plenamente as diretrizes e competências gerais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como as salvaguardas e princípios normativos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao alinhar a teoria educacional e a garantia de direitos à práxis pedagógica cotidiana, transforma-se o ato educativo em uma ferramenta concreta de conscientização reflexiva, de promoção da equidade e de efetiva transformação social no território. Por fim, espera-se que as reflexões e os achados sistematizados neste trabalho sirvam como estímulo para o surgimento de novas investigações acadêmicas e para a proposição de práticas pedagógicas inovadoras no campo da educação não formal e formal. Que este estudo contribua para fortalecer as redes de garantia de direitos e fomente, de modo contínuo e comprometido, ações educativas voltadas à promoção da equidade de gênero, do respeito irrestrito à

ISSN: 2358-8829

diversidade e da defesa inegociável dos direitos fundamentais da infância e da juventude.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

YOUSAFZAI, M.; MCCORMICK, P. **Malala, a menina que queria ir para a escola**. Tradução de Otavio Alves Velho. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015.